

## As Novas territorialidades dos Ka'apor nas Comunidades I'puy renda e Turizinho

*The new territorialities of Ka'apor in the communities I'puy renda and Turizinho*

*Evilania Bento da Cunha*

Doutoranda em Geografia pela UFPA

Professora no curso de Licenciatura Intercultural Indígena na UNIPAP, Brasil

[evilaniageo@yahoo.com.br](mailto:evilaniageo@yahoo.com.br)

### Resumo

O artigo aqui apresentado é o resultado de um capítulo da dissertação de Mestrado do Programa de Linguagens e saberes na Amazônia da Universidade Federal do Pará. Mostraremos uma análise das narrativas orais de lideranças Ka'apor das comunidades Turizinho e I'puy renda na tentativa de compreender os processos de territorialização dessas comunidades. O instrumento metodológico adotado foi a entrevista semi estruturada e as memórias e experiências da pesquisadora de quando trabalhou no Projeto de educação Ka'apor como educadora formadora.

**Palavras-chave:** Ka'apor, Amazônia Oriental, Território, Territorialização

### Abstract

The article presented here is the result of a chapter of the dissertation Master of the Program of Languages and Knowledge in the Amazon of the Federal University of Pará. We will present an analysis of the oral narratives of Ka'apor leaderships of the Turizinho and I'puy communities in an attempt to understand the processes of territorialization of these communities. The methodological instrument adopted was the semi-structured interview and the experiences and memories of the researcher from when she worked on the Ka'apor Education Project as a formative educator.

**Keywords:** Ka'apor; Eastern Amazonia, Territory, Territorialisation.

## 1. INTRODUÇÃO

O trabalho apresentado aqui é resultado de um dos capítulos da dissertação de Mestrado desenvolvido no programa de pós-graduação – Linguagens e Saberes na Amazônia, na linha de pesquisa Memórias e Saberes Interculturais – cuja abordagem trata da (re)significação do lugar e as novas territorialidades dos Ka'apor, teve uma proposta inicial que foi sendo delimitada a partir do contexto deste povo, no tempo previsto para a pesquisa. Em princípio, o objetivo era investigar o fenômeno da (re)significação em três aldeias, Xié pyhún renda, Parakuy renda e Turizinho, formadas a partir do ano 2000 pelas famílias que habitavam o Itarendá, como medida de resistência à invasão de madeireiros, de modo a impossibilitar sua entrada no território dos Ka'apor e a extração ilegal da madeira.

O conceito de (re)significação está pautado na teoria de Territorialização-Desterritorialização-Reterritorialização (T-D-R) apresentada por Claude Raffestin (1993) no seu livro “Por uma Geografia do poder” e, ainda, por Rogério Haesbaert da Costa (2012) e Marcos Aurélio Saquet (2013). Esta teoria é construída a partir do conceito de território que, neste caso, traz uma abordagem relacional, ou seja, o território aqui é compreendido como um conjunto de relações estabelecidas entre os diversos atores sociais. Portanto, (re)significar é transferir para o novo lugar os significados do antigo lugar com suas malhas de relações.

Os conflitos constantes entre os Ka’apor e madeireiros transformaram o território Alto Turiaçu, onde as aldeias em estudo estão localizadas, num campo de batalha, interferindo no cotidiano e, inclusive, no Projeto de Educação, provocando mudanças no calendário das alternâncias de estudo, bem como nas minhas prováveis visitas para a realização da pesquisa. Sem oportunidade para chegar às três aldeias que sofreram a reterritorialização, uma vez que a minha entrada em campo estava condicionada à disponibilidade do transporte que levaria os professores, foi necessária a alteração na escolha das aldeias pesquisadas.

A partir de 2014, ano da execução desta pesquisa, instalou-se um novo momento de enfrentamento dos Ka’apor contra os madeireiros, a exemplo do ocorrido no ano 2000. Este contexto provocou a criação do Centro de Saberes, que veio a abrigar a aldeia Ipu’y renda, na região conhecida como Gurupiuna. Desse modo, das três aldeias inicialmente escolhidas, limitei-me a pesquisar na aldeia Turizinho, por estar localizada mais próxima da cidade de Zé Doca-MA e pela existência de comunidades rurais com acesso a transporte no entorno da aldeia, oferecendo mais alternativas; além da aldeia Ipu’y renda. Esta última foi criada recentemente, com famílias provenientes do Xié, com o mesmo objetivo de ocupar para expulsar os madeireiros. No entanto, como não foi possível entrar na aldeia do Centro de Saberes, as entrevistas foram realizadas na cidade de Zé Doca e as abordagens tratadas aqui se limitarão à memória de quando lá estive, em 2013, como educadora junto a este povo.

O território indígena pressupõe que ali habita um povo com identidade e cultura próprias, exigindo uma territorialização também própria, confirmada pela Constituição Federal no artigo 231, que rege sobre as demarcações de terras indígenas. O que se percebe no interior do território Ka’apor é a ocorrência, desde 1870, de vários processos de desterritorialização e reterritorialização, por vezes indicados pelos órgãos oficiais como a FUNAI, ou por iniciativa dos próprios indígenas, como no caso de algumas famílias da antiga aldeia Gurupiuna, reterritorializadas na aldeia Waxingui renda, que resolveram retornar para o lugar de onde vieram, a região do Gurupiuna.

## 2. METODOLOGIA

Considero importante relatar, sumariamente, como surgiu a proposta desta pesquisa. No período entre 2012 e 2013, eu fazia parte da equipe de professores no Projeto de Educação Ka'apor quando percebi, entre os indígenas que viveram no Itarendá, um sentimento de pertença ao lembrar de como era o cotidiano naquele lugar, como se ainda lá vivessem, e de ausência quando eles apontavam a aldeia como o paraíso perdido após o contato com os fazendeiros e madeireiros que invadiam seu território.

A partir de então, comecei a me questionar de que maneira as aldeias Xié Pyhún rendá, Parakuy rendá e Turizinho têm construído/reconstruído suas relações com o espaço sócio/linguístico/geográfico que ocupam/disputam a partir dos processos de territorialização-desterritorialização-reterritorialização na reorganização coletiva de seus territórios? Que movimento impulsionou os Ka'apor do Itarendá a deixarem o seu lugar? Como essa história está sendo/será transmitida aos mais jovens que não conheceram o Itarendá? Como foi e ainda ocorre a apropriação do território pelos Ka'apor das aldeias Xié Pyhún rendá, Parakuy rendá e Turizinho? Como a escolarização interferirá na apropriação dos conceitos de território e lugar?

A proposta, portanto, é rever através da memória dos anciãos e jovens que viveram a desterritorialização do Itarendá e a reterritorialização do Turizinho e Ipuý renda, e perceber que territorialização se formou em cada uma das novas aldeias. Além disso, esta pesquisa colabora diretamente com os Ka'apor, sobretudo no que se refere à percepção em suas territorialidades, fazendo-os compreender o conjunto de relações sociais que produziram historicamente o território, além de produzir um conhecimento inédito dos Ka'apor na confluência entre as grandes áreas da Geografia, da Antropologia e dos Saberes da Linguagem, para assim auxiliar no mapeamento dos deslocamentos internos recentes desse grupo étnico.

Diante disso, optei pela pesquisa qualitativa como metodologia para compreender o conjunto de diferentes técnicas interpretativas que visam descrever e decodificar os componentes de um sistema complexo de significados (NEVES, 1996). O desenvolvimento de um estudo de pesquisa qualitativa supõe um corte temporal-espacial de determinado fenômeno, no qual o trabalho de descrição tem caráter fundamental, pois é por meio dele que os dados são coletados.

Algumas dificuldades no que tange à documentação escrita dos conteúdos sobre o passado e dos conhecimentos adquiridos entre os indígenas, salvo raras exceções, consideram que a forma tradicional de transmissão tem suporte na oralidade, que, por sua vez, é amparada na memória individual, como também coletiva. Nesse sentido, esta dissertação de mestrado contribui diretamente para o registro da pesquisa realizada por meio das narrativas coletadas, assim como a expansão do estudo teórico referente aos Ka'apor.

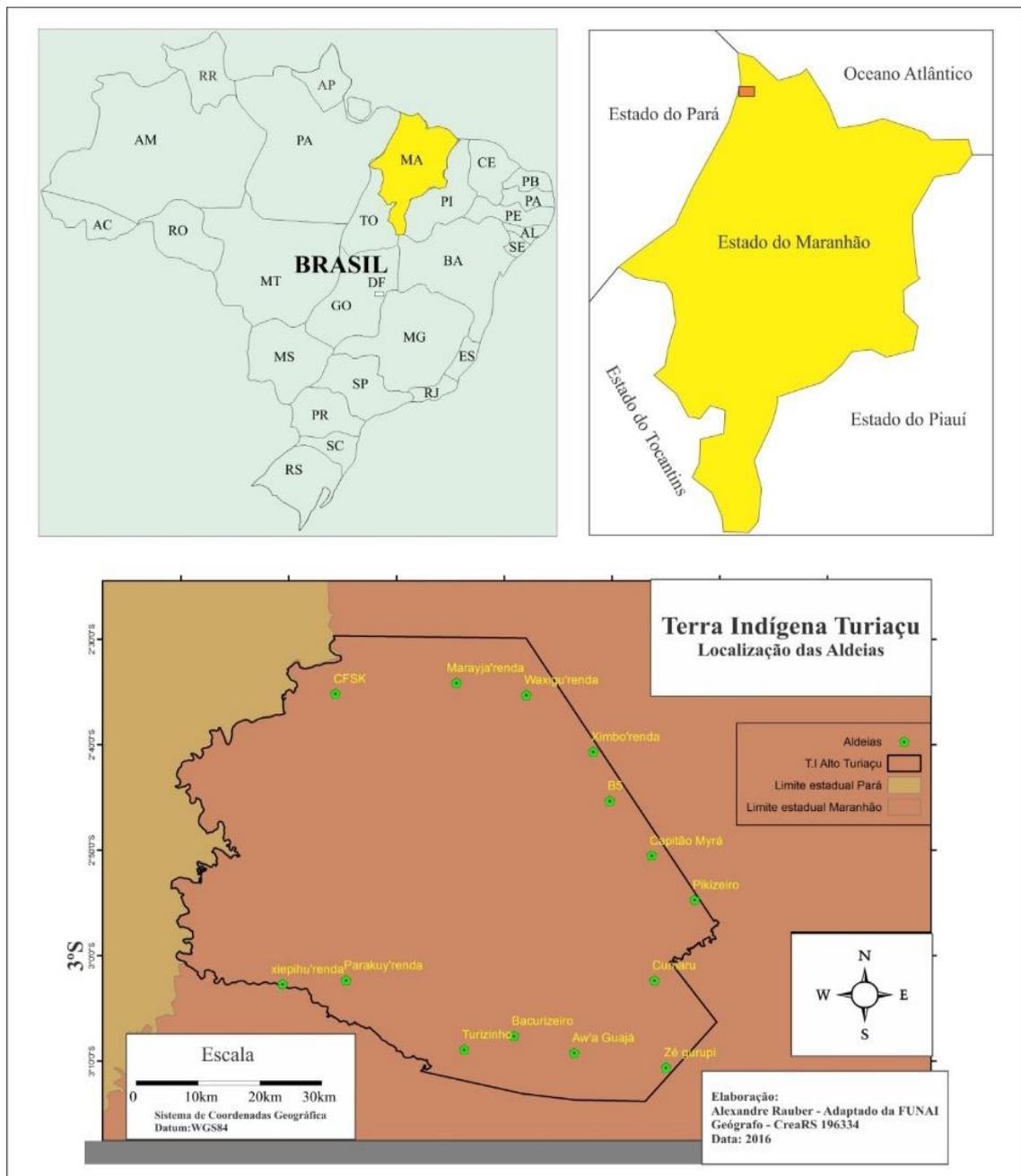
Utilizei como procedimento de pesquisa a técnica de entrevista, que neste caso foi guiada pelo que Fernandes (2014) nos aponta como narrativas orais, compreendidas como construções de uma via de mão dupla: de um lado, o narrador; do outro, o pesquisador/escritor, que capta não apenas as palavras, mas os gestos, a expressão corporal, o sentimento ou impulsos gerados pelo despertar da memória que a narrativa colocou em efusão. Tomamos como exemplo o próprio modelo indicado por Fernandes (2014) na elaboração do roteiro da entrevista.

Os interlocutores foram sendo identificados no contato com as comunidades durante a minha imersão no projeto de Educação Ka'apor nos anos de 2012 e 2013. A princípio pensei em ouvir os mais velhos das comunidades escolhidas, mas assim como a área de estudo, este elemento também sofreu alterações. Diante dos conflitos que se foram acentuando, a circulação dos próprios indígenas se tornou arriscada, a instabilidade aumentou, dificultando uma previsão de calendário e, muitas vezes, alterando a agenda pactuada.

Neste artigo será apresentado o resultado do capítulo, intitulado “Análise dos relatos orais”, apresento a reflexão sobre as narrativas coletadas durante as idas a campo. De início, exponho um quadro das famílias que viviam no Itarendá e as aldeias onde cada família passou a viver. As entrevistas buscaram compreender a (re)significação que os indígenas deram nos novos lugares, e a análise seguiu o roteiro de perguntas da entrevista. Dessa forma, primeiramente falamos da saída do Itarendá, como se deu, quais as razões; depois as mudanças ou diferenças entre o Itarendá e as novas aldeias reterritorializadas, e o que foi preciso (re)significar e nomear por se tratar de objetos ausentes na antiga aldeia; e, ainda, o percurso da viagem, o deslocamento, o que levaram, qual o tempo necessário, qual o meio de transporte. Neste processo, foi dada prioridade às narrativas.

## **2.1. Caracterização da área de estudo.**

Se por um lado a T.I. Alto Turiaçu garante a preservação dessa porção da Amazônia Legal, por outro, sofre as pressões do desmatamento. Eu poderia considerar a localização Ka'apor uma estratégia para garantir a continuidade da floresta em pé, estando eles situados no oeste do Maranhão. Suas terras fazem limite, ao norte, com o rio Gurupi, ao sul, com os afluentes meridionais do rio Turiaçu; a oeste com o Igarapé do Milho e a leste, com uma linha no sentido noroeste-sudeste quase paralela à rodovia BR-316. Todos os córregos e rios drenam para três grandes rios: Maracaçumé, Turiaçu e Gurupi, que, por sua vez, deságuam diretamente no oceano Atlântico.



**Figura 1** - Mapa do Brasil, com destaque para o estado do Maranhão e para Terra Indígena Alto Turiaçu.

**Fonte:** Organização Alexandre Luiz Rauber.

### 3. REFERENCIAL TEÓRICO

O conceito de Território está ligado aos estudos de Geografia Política, sendo interpretado muitas vezes como Território-Nação. Andrade (2004) aponta para a construção do conceito de Território desde o século XIX por geógrafos como Frederico Ratzel, que se preocupava com o controle do Território pelo Estado, e Elisée Reclus, interessado nas relações das classes sociais com o espaço ocupado e dominado.

Fredrich Ratzel é considerado um dos pais da Geografia moderna. Vindo da escola alemã de Geografia, ele viveu entre 1844 e 1904. Dentre suas principais obras se encontram “Antropogeografia” e “Geografia Política”. O autor circula entre as ciências humanas e da natureza:

um de seus artigos: “Le sol, la société ET l’État”, publicado em *L’Année Sociologique* (1898-1899), foi traduzido para o português por Mario Antonio Eufrásio, que na época da tradução cursava pós-graduação em Geografia, pela Universidade de São Paulo (USP).

O contexto acadêmico-científico de Ratzel era de construção das bases conceituais para a ideia de Território-Nação. Para ele, um “Estado não pode existir sem um solo”. Essa visão de Ratzel foi exigida durante a história e a evolução do pensamento geográfico interpretada como determinismo geográfico. Em parte concordo que o seja, mas, por outro lado, percebo que a concepção ratzeliana pode ser aplicada aos povos indígenas e seus territórios, quando se afirma que os povos indígenas dependem da Terra, do seu chão sagrado ancestral para continuar a viver. Este pensamento é confirmado por Ratzel quando diz que: “um povo regride quando perde território, se o território se reduz, é o começo do fim”.

Claude Raffestin (1993), diferente do pensamento do século XIX e seu principal expositor, Friedrich Ratzel, compreende o território como um produto dos atores sociais: são esses atores que o produzem. O território é, também, um produto consumido por diversos personagens que, mesmo sem terem elaborado, o consomem<sup>1</sup> como meio. Por exemplo, o território ka’apor foi instituído pela demarcação e homologação da T. I. Alto Turiaçu, e os mais jovens, mesmo não fazendo parte daquele momento histórico da demarcação, fazem uso hoje desse território. Não só os jovens que não estavam no ato de instituição oficial da T. I. Alto Turiaçu, como também os madeireiros consomem esse território, na medida em que o exploram. Temos dois grupos, ou atores sociais, fazendo uso do mesmo espaço, construindo uma territorialização, que são as relações sociais estabelecidas num território, por sua vez, construído através da luta de poder.

Eu OUVIA esse negócio de madeireiro, papai mesmo falava tava invadido pelo Xié, eh a gente foi conversou com a FUNAI, até saiu um recurso pra FUNAI pra, pra, pra tirar os madeireiros de dentro, por causa disso a gente veio pro Xié, e nós abandonemos esse lado né, do Itarena, e a gente veio pra lá né, lá era muito movimentado de madeireiro, fazendeiro e a gente ocupou a entrada deles lá pra num invadirem a área né (Osmar, entrevista maio/2015).

O território é, portanto, a cena do poder e o lugar de todas as relações, ampliando a ideia de território para além de Estado-Nação, uma vez que o poder é inerente às relações, estabelecendo as territorialidades. No entanto, a territorialidade é o uso do território e este pode ser feito por pessoas que não o constituíram nem estabeleceram relação de poder sobre ele.

Percebe-se uma diferença entre os teóricos Friedrich Ratzel e Claude Raffestin, o primeiro do século XIX e o segundo do século XX. Ratzel concebe um território para o Estado, pois “o

---

<sup>1</sup> O termo consumir nesse sentido é que o território não é estático, mas está em movimento e cada grupo social que detém o poder, dele se apropria consumindo-o. Esse uso muda a depender dos atores que estiverem no exercício do poder.

Estado não pode existir sem um solo” (1982, p. 93), o que realça o poder do Estado e as delimitações de fronteiras. Poderíamos dizer, então, que o choque entre vários poderes seria a guerra entre Estados? Como vemos a luta por independências nacionalistas que não são constituídos como Estado? E como fica a guerra dos Ka'apor com os madeireiros?

Segundo Raffestin (1993, p. 22), “o Estado existe quando uma população instalada num território exerce a própria soberania”. Então, povos indígenas e soberania resultam em quê? Poderiam os Ka'apor exercer a soberania? A territorialidade é construída na relação tempo-espaço-território, sendo sua gestão a construção de uma sociedade mais justa e de autonomia dos sujeitos que reterritorializam. Assim, os indígenas não são apenas vítimas, mas protagonistas de várias formas de resistência, inclusive às ações de expansão econômica.

Um dos elementos integrantes ao território, ou de sua afirmação, é a identidade que, segundo Saquet (2013), pode ser uma importante mediação para resistência. Para os pesquisadores que estudam os territórios indígenas, a identidade é a pedra fundamental para demarcação da terra e reconhecimento da ocupação ancestral. Contudo, a identidade é também um definidor de territorialidades, onde ocorrem as relações de poder, conseqüentemente, imbuídas de conflitos e contradições.

Segundo Woodward (2000), a identidade se constitui pela diferença, sendo reivindicada por antecedentes históricos. Dessa forma, o passado torna-se um elemento importante. Mesmo que novas identidades sejam estabelecidas, elas ressurgem; não são iguais na forma e sim na essência do ser que se adapta à realidade. Os movimentos étnicos lutam por uma cultura ou uma história comum como fundamento de sua identidade. Admitem-se novos padrões sociais que podem ser construídos e reconstruídos, mas que definam fronteiras étnicas e a representação política da diferença.

Ao longo da história da humanidade a identidade étnica sempre foi uma fonte fundamental de significado e reconhecimento, construída por meio da ação coletiva e preservada pela memória, embora a coletividade possa ter passado pela dispersão geográfica.

Mais uma vez Saquet (2013) nos alerta que a luta e a resistência precisam ser construídas, por isso a construção das territorialidades pressupõe participação política, mobilização, organização, “as ações tomadas em conjunto podem gerar coesão e identidades a partir das territorialidades e temporalidades coexistentes” (SAQUET, 2013, p.63).

Os teóricos como Raffestin, Haesbaert e Saquet, que estudam o conceito de território, apontam a desterritorialização e reterritorialização nos circuitos comerciais, tendo o capitalismo como responsável pelas mudanças de formas e conteúdos. Sob esta ótica, a teoria de T-D-R não se aplica a todas as questões territoriais indígenas. Porém, neste caso específico da etnia Ka'apor, que decidiram ocupar outra área de seu território para impedir a entrada dos madeireiros, podemos dizer que ocorre uma desterritorialização e reterritorialização.

Na desterritorialização ocasionada pelo capitalismo, vemos que o processo de reterritorialização, o T-D-R, dos Ka'apor tem interferência do poder do capital por meio da exploração madeireira a serviço do lucro das empresas. Haesbaert (2011) nos aponta que a temática da desterritorialização está relacionada à ideia de rede. Saquet (2013) diz que na proporção em que se reproduz o território, deve se reproduzir a identidade e as redes, redistribuindo o olhar sobre as relações de poder nos processos de desenvolvimento.

A memória do Itarendá foi despertada a partir dos constantes conflitos territoriais, pois a primeira decisão de saída da sua aldeia para a criação de novas aldeias nas áreas de maior entrada de madeireiros foi uma estratégia de enfrentamento e ocupação do espaço em disputa.

A memória do Itarendá consolida-se dentro do imaginário coletivo. A existência dessa aldeia e tudo que foi vivido lá é um elemento de força para continuar lutando por uma Terra sem invasores, com fartura, onde as crianças possam crescer livres de perseguição. E, ainda, uma vez deixado o lugar considerado da harmonia com a natureza, estão impelidos a irem a qualquer parte dentro do seu Território para terem de volta o equilíbrio. Um equilíbrio do cotidiano com toda contradição, da aldeia isolada à fartura de caça e peixe, da água abundante do rio à separação dos outros lugares que esse mesmo rio provoca.

A memória coletiva dos Ka'apor aponta para a relação entre território e preservação da floresta, de modo que o movimento migratório ou de deslocamento tem como objetivo a defesa da mata. Como o território precisa estar resguardado para atingir esse objetivo, podemos inferir que a memória coletiva é produtora do território. Por outro lado, o território traduz relações de poder que configuram divisões espaciais, sendo fruto de relações materiais e simbólicas efetivadas pelos grupos nas disputas pela apropriação deste (FLAVIO, 2013).

#### **4. RESULTADOS E DISCUSSÕES**

No primeiro momento, elaborei uma tabela com as famílias que moravam no Itarendá, indicando o local onde essas famílias habitam hoje, a fim de escolher os interlocutores nas três comunidades estudadas. A tabela foi construída em janeiro de 2014 com informações de Mariuza Ka'apor. No entanto, desde outubro de 2013 ocorria um processo semelhante de reterritorialização com a construção do Centro de Saberes Ka'apor – e aldeia I'puy rendá. Naquele momento a família de Mariuza e Osmar estavam no I'puy rendá de forma transitória, pois esperava-se que esta comunidade fosse constituída por famílias que viessem das comunidades já existentes, e que a habitassem temporariamente, de forma que o Centro de Saberes estivesse sempre ocupado, num rodízio co-participativo. Contudo, as famílias de Osmar e Mariuza se estabeleceram como

habitantes dessa nova comunidade. Esse foi o início de um processo de reorganização territorial de gestão e monitoramento da T. I. Alto Turiaçu.

Com base nas informações de Mariuza, é possível identificar o núcleo familiar que morava no Itarendá e, também, a nova aldeia para a qual está família se mudou (Tabela 1). Estas informações serviram para ajudar na escolha dos entrevistados.

**Tabela 1** - Famílias que habitavam no Itarendá antes de migrarem para as novas aldeias.

NOVA ALDEIA	NÚCLEO FAMILIAR	OBSERVAÇÕES
	Mati – Filomena	
XIÉ	-Salomão -Genesisio -Iranete -Iratui	Mati veio do Zé Gurupi para o Itarendá e lá se casou;
XIÉ	Teka – Joanahi - Nokin -Piripi	Irmão de Xoi
ITARENDA XIÉ	DARIA – CAETANO (1ºmarido) -VALDEMAR -COELHO -HERINO DARIA – TEON (2ºmarido) -MARIUZA -MARINALVA(Falecida) TEON – LISETE/Tututa (Tembé) -OSMAR	
XIÉ	-,MA'E WAPIRAN -MA'E YAHU -MA'E WAPUKU -MATA -KIRIRI -PUTIRI PIHUN -INÊS	
TURIZINHO	Xoi – Waia Potiry -Irikiwa -Irikiwahu Petrônio – Iray -Kixiran -Awaxi -Odeir	
TURIZINHO	-Awaxiró -Awaxiakire -Xuxuri -Xuxuran -Turué -Quintino -Irakadju	
PARAKUY	Xay – Nexin -Oquire -Ximin -Otai -Mirixan -Taera	Maria Lucia -Kauassu -Kauassupotiry -Iatahu -Tintin -Tintinran -Arwin -Katé -Kataua

**Fonte:** Mariuza Ka'apor, janeiro de 2014.

Após a criação das três aldeias, Xié Pyhun renda, Parakuy renda e Turizinho, no início do ano 2000, para combater a invasão do território, tem-se iniciado um processo de articulação para a criação de outras aldeias nas áreas de fragilidade e entrada de madeireiros. Em 2014, oito novas comunidades foram criadas com o princípio de estabelecer uma barreira frente à exploração ilegal de madeira nas fronteiras limítrofes da terra indígena (Figura 12). Há 15 anos, aproximadamente, um despertar para o monitoramento territorial tem sido fortalecido, a partir das assembleias, nas diversas áreas de atuação dos Ka'apor, desembocando na construção do Centro de Saberes.



**Figura 02:**– Oito novas aldeias criadas a partir de 2014.

**Fonte:** Apresentação durante formação de novos educadores, maio de 2015, em Zé Doca/MA.

Esta comunidade, I'puy renda, que abriga o Ka'a usak há ta – Centro de Saberes – é a primeira comunidade criada dentro dessa nova estrutura que ramifica os polos de proteção para evitar a entrada de madeireiros. As famílias que compõem esta comunidade vieram do Xie Pyhun

rendá e, anteriormente, do Itarendá. Por isso, a escolha dos interlocutores levou em consideração os seguintes critérios: i. Que tivessem vivido no Itarendá nas diversas fases da vida, infância, juventude ou vida adulta; ii. A questão de gênero; e, iii. A atuação política na comunidade (Tabela 2).

**Tabela 2** – Interlocutores e suas comunidades.

Comunidade de origem	Comunidade atual	Nome	Data Nasc.	Atuação política
Itarenda/Xié	Turizinho	Petrônio	20/09/1955	Conselho da comunidade
Itarenda/Xié	Turizinho	Quintino	20/07/1978	Conselho gestor
Itarenda/Xié	Xié/Turizinho	Filomena	31/05/1960	Sabedora de cultura
Itarenda/Xié	I'puy renda	Mariuza	01/05/1970	Conselho gestor
Itarenda/Xié	I'puy renda	Osmar	02/03/1982	Conselho gestor
Itarenda/Xié	I'puy renda	Teon	09/09/1946	Sabedor de cultura

**Fonte:** Trabalho de campo, maio de 2015.

Na escolha dos interlocutores, identifiquei que as novas lideranças, como Osmar, Quintino e Irakadju, viveram a infância e juventude no Itarendá, e foi a partir deles, e de suas colocações durante a atividade de história de vida, que iniciaram os questionamentos que deram origem a esta pesquisa. Assim, os três foram, desde o princípio, os interlocutores fundamentais. O senhor Petrônio também já constituía o grupo do Turizinho, por ter sido o criador dessa comunidade e um dos pioneiros a ter saído do Itarendá, além de ser do grupo dos sábios da cultura. Já a senhora Filomena foi um achado, pois com a exclusão do Xié como uma das comunidades a ser pesquisada, eu perderia sua narrativa. Mas, por motivo de saúde ela estava em processo de mudança para o Turizinho. Ao iniciar o trabalho de campo, em maio de 2015, e me deparar com essa realidade, fiz a sua inclusão imediata.

Quanto ao grupo do I'puy renda, como a comunidade é pequena, já tínhamos o Osmar, a Mariuza por ser uma liderança mulher, que concluiu o magistério indígena, diretora da escola, membro do Conselho Gestor Ka'apor, e o senhor Teon, que foi escolhido por ser um sabedor da cultura. Dessa forma, temos um equilíbrio das condições esperadas dos interlocutores, ou seja, faixa etária e gênero.

As entrevistas buscaram elementos que indicassem no espaço e no tempo a territorialização, desterritorialização e reterritorialização dos Ka'apor nas comunidades citadas. As narrativas advindas desse contato nos levaram ao movimento que Geertz apud Malighetti (2010) denomina como dupla temporalidade do estar “lá” e do estar “aqui”, mas esse estado de “lá” e “aqui” ocorre tanto na vivência do campo, como na vivência do “escritório”, ou seja, o trabalho de escrita e transcrições. Para Thompson (1992) algumas das qualidades de um bom entrevistador são o interesse e o respeito pelos outros enquanto pessoas, a flexibilidade nas reações e a disposição de

escutar. A entrevista não é um diálogo, é uma conversa, o importante é conduzir o interlocutor a narrar.

O itinerário na busca pelos relatos orais da saída do Itarendá e as novas territorialidades formadas com a criação de outras aldeias foi um processo longo, de várias tentativas e de muitas esperas. Isso aconteceu por motivos pessoais e pela própria dinâmica indígena, nesse caso Ka'apor.

Mariuza dá muita ênfase no seu relato à questão da luta pelo território e a resistência que eles têm feito. Ao chegar, a Zé Doca em maio de 2015, as primeiras entrevistas que fiz foram com Mariuza e Osmar, moradores do Centro de Saberes (I'puy renda), pois sabíamos que eu poderia não conseguir entrar nesta aldeia, o que realmente aconteceu. Somente em outubro de 2015 consegui entrevistar o Sr. Teon, porque, coincidentemente, ele veio a Zé Doca para tratamento de saúde, depois que a alternância de estudo foi cancelada, mais uma vez, por ameaças de madeireiros e falta de repasse da SEDUC/MA para o deslocamento dos estudantes e educadores.

Quando eu me desloquei para Zé Doca, em maio, eu não tinha um planejamento de quando iria entrar em cada aldeia; viajei com a intenção de ir para o Centro de Saberes (I'puy renda) e o Turizinho, de acordo com as oportunidades, e foi assim que aconteceu.

Foi uma experiência marcante de perceber a dinamicidade que eles vivem, no caso as lideranças, o movimento de organizar entradas e saídas nas aldeias, a gestão de saúde, a gestão da Coordenação Técnica Local – CTL<sup>2</sup>, a gestão de educação, demandas, problemas, soluções – isso na cidade – mas, pude perceber também a dinâmica e o dia-a-dia da aldeia, a rotina, a continuidade de um fazer que se repete, mas que é novo.

Ainda em Zé Doca, seja na casa de apoio ou na casa de saúde, consegui entrevistar Mariuza, Osmar, Quintino e Teon (os dois últimos só no meu retorno no mês de outubro), e na aldeia Turizinho entrevistei Filomena e Petrônio.

A primeira entrevista no Turizinho foi com Sr. Petrônio, no dia 30 de maio de 2015, na sala de aula, com relativo silêncio, com o auxílio técnico de Irakadju, que fez a gravação. Não foi preciso tradução porque o Sr. Petrônio falou em português. Já com dona Filomena, a entrevista foi na casa de seu Petrônio, onde ela estava hospedada, no dia 31 de maio de 2015. Como ela estava doente, achei melhor ir ao seu encontro. No decorrer da gravação, houve alguns problemas que só percebi no momento de fazer a transcrição das narrativas, o que fez com que sua fala fosse reduzida, pelo menos no português.

O ambiente da entrevista era a casa, com muitas pessoas que saíam e entravam, que nos olhavam, que interferiam, de vez em quando, na fala de dona Filomena. O marido dela, por exemplo, o senhor Mati, a todo o momento atropelava a fala da esposa, opinando o tempo inteiro, e ela respondia, em alguns momentos revidando o que ele falava. Isso tudo na língua ka'apor. Percebi

---

<sup>2</sup> CTL – Núcleo Regional da FUNAI.

que, na tradução, Irakadju fez um resumo da fala de dona Filomena. Por isso, acredito que o material que tenho seria riquíssimo para os estudos linguísticos.

As entrevistas de Mariuza e Osmar também foram realizadas em maio de 2015, em Zé Doca, pela impossibilidade de ir até o Centro de Saberes naquele momento. Embora tenha buscado um ambiente apropriado, a entrada de funcionários da saúde na sala era inevitável, afinal, estávamos no local destinado ao tratamento da comunidade. Já na casa de apoio onde conversei com Osmar, buscamos a área externa, por ser mais ventilado. Porém, para Osmar aquele lugar era um lugar de passagem, de modo que aquela conversa era o seu último compromisso antes de retornar para a aldeia.

A saída do Itarendá foi o início de todas as conversas. A hipótese inicial da pesquisa era de que a abertura das novas aldeias se deu por causa da invasão dos madeireiros e buscávamos entender a ressignificação dos novos lugares, o que eles tinham levado da antiga aldeia e o que precisou de uma adaptação, ou dar um novo significado, por não ser um objeto reconhecido anteriormente. No relato de Osmar ele diz algumas palavras que não existia na língua Ka'apor e que eles nomeiam, mas em alguns casos vemos que a matriz da palavra contínua do português.

[Vocês deram um nome na língua ou vocês pegaram o nome do português mesmo?] Não, do português eles falaram pra nós eh deram um nome pra nós né, só que nós também tem um nome, que nem o carro aqui, o carro é carro, pra nós é caminhã eh, eh açúcar nós chama açucu'y, e outras coisas sal é "iukrio" pra nós (Osmar, maio/2015).

No entanto, observamos nas falas dos mais velhos, Filomena, Teon e Petronio, que, mesmo antes da presença dos madeireiros, a mudança de aldeia era natural, e estava condicionada à morte de um parente. Somente após o contato com os madeireiros, essa tradição de mudar-se foi sendo perdida. Outro movimento, então, é iniciado, com a mudança em vista da ocupação e proteção do território em disputa com os madeireiros. Nesse sentido, perde-se um fluxo de deslocamento natural e cultural por ocasião do sepultamento de um ente querido, e é inserida outra motivação para o deslocamento, que passa a ser decorrente de um conflito territorial.

Ela falou que ela nasceu no Jararaca, ela nasceu no Jararaca e era miudinha, era criança nessa época, ela é filha do pai do pai, eles são irmãos aí ele faleceu o pai do pai, aí o pai também nasceu, aí eles foram pra primeira aldeia que fizeram na beira do Itarendá, esse não é Itarendá ainda (Filomena, maio/2015).

Durante todas as narrativas, observa-se o advérbio de lugar "lá", como indicação de uma aldeia que o narrador tenha vivido certa experiência. Foi "lá" o lócus dos acontecimentos, das decisões, dos encontros, mas também dos desencontros, esse "lá" conota uma gama de simbologia, pois ao mesmo tempo em que trata do lugar do pertencimento, trata do lugar da obrigação: "*Não era pra nós sair do Itarená pra nós ir pra lá*". E porque foram? Porque era a defesa do território, da autonomia, do bem viver.

Dona Filomena, quando relata sobre onde nasceu e como chegou ao Itarendá, e depois ao Xié, reforça que o processo de reterritorialização no território não se dava apenas para fugir ou enfrentar os madeireiros, mas outra razão para eles mudarem e criarem novas aldeias era quando morria um parente. Eles abandonavam as casas e erguiam em outro lugar, foi assim também que eles chegaram ao Itarendá.

O diferencial da saída do Itarendá foi a morte da floresta, as invasões dos madeireiros impulsionaram a saída de todas as famílias, deixando para trás a antiga aldeia. Hoje eles já não abandonam a aldeia quando morre alguém, como nos falou Filomena, Teon e Petrônio.

A narrativa de Sr. Petrônio traz a memória da história de sua vida e dos acontecimentos sobre o seu nascimento: os preparativos em torno da alimentação e do cuidado com o local. A preocupação do pai de Petrônio, inclusive, era de criar seu filho dentro do mato. Esta fala pode sugerir um retorno dos ka'apor ao significado desse povo, ou seja, “morador da floresta”. Contudo, fico me perguntando por que o pai de Petrônio desejava esse retorno para a mata, já que ele era uma liderança que dominava o português?

O processo de reterritorialização requer que o grupo social tenha o vínculo das relações estabelecidas; a territorialização pode acontecer independentemente do espaço, dessa forma, um grupo que perde seu território pode restabelecer sua territorialidade em outro lugar, quando traz consigo as tradições e costumes, reproduzindo-os no novo espaço. Destarte, o segundo ponto da entrevista era saber quais as mudanças sentidas pela comunidade, o que era diferente na nova aldeia, o que eles não conheciam, para depois saber se houve ou não resignificação, inclusive com a nomeação dos novos objetos na língua Ka'apor.

Em relação às mudanças que eles perceberam entre a nova aldeia e o Itarendá, as principais estão relacionadas aos fenômenos naturais e antropizados. As narrativas que seguem apresentam as mudanças relacionadas aos fenômenos naturais.

Além das diferenças naturais, outras apresentadas pelos narradores são os elementos antropizados. O desmatamento, está claro, também é fruto da antropização, uma vez que o homem se apropria da natureza, a converte em moeda de troca, alimentando dessa forma o mercado capitalista. Mas teremos diferenças que são próprias das revoluções industriais e da dinâmica do espaço interligado pelos condutores de fluxos que, nesse caso, são as estradas cortadas no meio da floresta a fim de favorecer o deslocamento dos caminhões de madeira.

Por outro lado, a apropriação dos espaços dos não indígenas pelos indígenas tem sido uma expressão de territorialização, entendendo que a ocupação desses espaços tornou-se uma estratégia para afirmação da identidade, aqui o Quintino assume um emprego assalariado pelo governo para ser interprete da língua Ka'apor que necessita de atendimento de saúde, ou seja, ele está na

condição de trabalho da sociedade envolvente para afirmar e garantir a identidade de indígena falante de uma língua que tem na maior parte dos seus pares o monolinguismo indígena.

O que une todos os relatos sobre as diferenças encontradas depois da saída do Itarendá é o desmatamento e o conflito com os madeireiros. Com o aumento da exploração ilegal de madeira e, também, com acúmulo de anos de exploração – lembremos que, nos relatos de Darcy Ribeiro, há registros de madeireiros explorando a área desde a década de 40, inclusive estabeleciam relações com os técnicos do SPI – a floresta foi quase totalmente devastada, motivo que levaram Petrônio e sua família a se mudarem para iniciar a aldeia Turizinho. As descrições relatadas pela mãe do senhor Petrônio indicam um Turi ainda preservado, provavelmente, na década de 70 ou 80 do século XX.

No T-D-R, um dos elementos para ocorrer a reterritorialização é o significado dado ao território, é a prática da cultura que exercerá um poder sobre o lugar proporcionando uma territorialização. O ato de nomear Ka'apor leva em consideração características dos objetos, suas formas, sua definição, por isso perguntamos se, na nova aldeia, eles tiveram que nomear coisas desconhecidas.

Embora, a T.I. seja uma só e esteja inserida no bioma amazônico, queríamos saber se algumas árvores, mesmo que fizessem parte da biodiversidade amazônica, faziam parte do vocabulário dos Ka'apor, uma vez que eles têm uma lógica própria de nomeação. Nota-se que algumas árvores não existem, ou não são conhecidas, e outras, ainda, eles não sabem como é nomeado em português.

[E a vegetação, tinha alguma árvore que tinha no Xié que não tinha no Itarendá?] Lá tinha árvore assim como capim que a gente nunca viu, capim que eles falava eu pensei que era outra coisa, mas capim é pra dar de comer pra o animal jumento, boi, “capity” é o campo de capim (Osmar, maio/2015).

Um traço marcante da reterritorialização é a transferência dos elementos do antigo lugar, assim, o novo espaço ocupado carrega os mesmos significados, pois o cotidiano se repete como se não houvesse rupturas espaciais. Na verdade, o espaço é outro, mas o que o torna como seu lugar de origem são as práticas culturais, como podemos perceber na narrativa acima.

O processo de desterritorialização e reterritorialização ocorrida na década de 2000 foi impulsionado pelos técnicos da FUNAI, no entanto, passados mais ou menos 15 anos, os Ka'apor assumiram essa decisão como sendo deles e fazem, inclusive, diversas críticas à Instituição, criada exclusivamente para atender as questões indígenas, que, por vezes, deixa a desejar no acompanhamento e solução dos problemas.

A saída do Itarendá foi muito difícil para alguns membros da comunidade, não porque se baseava num apego físico ao lugar, pois eles estavam acostumados a se deslocar quando alguém da

família morria, mas devido ao significado desse deslocamento. Era um momento de enfrentamento aos madeireiros, havia risco de perder a vida, além do risco de viver num lugar antes habitado por “karai”, e que havia deixado suas marcas ali; risco de perder elementos da cultura num contato mais frequente com os não indígenas, pois se a distância do Itarendá dificultava o fluxo de pessoas e mercadorias, distanciava-se também das trocas de culturas em contato.

Esse fato é sentido mais tarde e a decisão para fortalecer a cultura e a língua é, inicialmente, o Projeto de Educação Ka’apor. Mas a viagem nessas memórias traz diversas lembranças.

Essa história de ir por um tempo e depois voltar conduziu Osmar mais uma vez para o Centro de Saberes, em 2013. A repetição dos fatos na defesa do território conduz o transitório ao permanente; o lugar ressignificado traz a essência do lugar de saída, ou seja, as práticas culturais. Conforme foi dito pelos moradores do Centro de Saberes, é como se esse lugar fosse uma volta para o Itarendá, por sua aproximação territorial e características, como o rio próximo e a água abundante, tão diferente da realidade encontrada quando chegaram ao Xié.

Se não tivesse madeireiro nós tava no Itarendá mesmo, não tava nem pra o Xié. Nós plantemos macaxeira, cará, banana, pra fazer mingau de manhã, eu num tomo café não é só isso que eu tomo de primeiro era assim, só por caus de madeireiro que nós saímos, aí nós tá conhecendo tudinho pra aí, depois conhecemos pra cá também. Tem cinco aldeia nova agora, nós, a aldeia do kurin, do mutim, do outro (Teon, outubro/2015).

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os Ka’apor e seu modo de vida marcado pela simplicidade e sapiência despertaram e impulsionaram as questões que orientaram esta pesquisa: o que tinha sido (re)significado nas novas aldeias depois da saída do Itarendá – uma vez que a memória do Itarendá era tão presente nos fatos de vida que o grupo de educandos que participou da avaliação diagnóstica destacou o antes e o depois da mudança como uma linha limítrofe de qualidade de vida.

O antes era considerado como um lugar de plenitude, mas também de desconhecimento do universo fora da aldeia, da tecnologia e seus efeitos; a distância e o isolamento os protegiam e os excluía, ao mesmo tempo. O depois é o espaço da ocupação, do desvelamento sobre o uso e apropriação do território, do contato com um mundo globalizado e seus efeitos, do bem estar proporcionado pelo dinheiro à custa da venda da floresta, mas também dos resultados sentidos pela natureza em decorrência do desmatamento, como o calor e a falta de água.

Durante esta pesquisa buscava identificar o que havia sido (re)significado nos novos lugares. Percebi que a defesa do território e da floresta era o principal motivo pelo qual os Ka’apor se mudavam. As narrativas estavam imbuídas de frases que afirmavam: “foi por causa disso que

saímos do Itarendá”, “só por causa disso”. Então, aquela memória exposta durante a atividade de avaliação diagnóstica, em 2012, indicava um rumo, era a direção que os Ka’apor estavam tomando dali em diante: expulsar os madeireiros e ocupar os limites do seu território, numa postura de vigilância. Como afirmou Mariuza numa reunião de professores: “nós fomos circulando por onde os madeireiros passaram pra eles não voltarem”. Foi isso que aconteceu com a criação de novas aldeias e a reorganização social, estabelecendo o conselho gestor, e não mais o formato de caciques.

Este objetivo não mudou o jeito de ser Ka’apor, mas reforçou os elementos de uma identidade própria que havia se colocado em contato e que, por isso, como é natural entre duas culturas que se encontram, também assimilou elementos externos. Contudo, o que Raffestin (1996) aponta é que existe uma luta de poder. Os Ka’apor perceberam que era preciso exercer o poder para se apropriar integralmente do seu território e, para isso, utilizaram o Projeto de Educação Ka’apor como uma possibilidade de ter mais conhecimento, dentro de seus princípios étnicos, com uma educação que fosse voltada para todo Ka’apor e, pela primeira vez, independentemente de ser do médio ou do alto Turiaçu, todos os Ka’apor estudariam juntos com uma mesma matriz educacional.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. C. **A questão do Território no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2004. 135p.

COSTA, R. H. **O Mito da Desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. 396p.

\_\_\_\_\_. “Gaúchos” e baianos no “novo” Nordeste: entre a globalização econômica e a reinvenção das identidades territoriais. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORREA, R. L. **Brasil: Questões Atuais da Reorganização do Território**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2005. p. 362-403.

\_\_\_\_\_. Identidades territoriais. In: ROSENDAHL, Z; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: UERJ. 1999. p. 233-244.

FERNANDES, J. G. Do oral ao escrito: implicações e complicações na Transcrição de Narrativas Oraís. **Revista Outros Tempos**, v. 2, n. 2, p. 156-166, 2005.

FERNANDES, D. S.; FERNANDES, J. G. S. A “Experiência próxima”: saber e conhecimento em povos tradicionais. **Revista: Espaço Ameríndio**. Porto Alegre, v. 9, n.1, p. 127-150, 2015.

FLAVIO, L. C. Território e Memória. In: SAQUET, M. A. (Org.). **Estudos territoriais na ciência geográfica**. São Paulo: Expressões. 2013. p. 123-142.

HOBBSAWM, E. J. **Tempos fraturados: cultura e sociedade no século XX**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. 360p.

MALIGHETTI, R. **O Quilombo de Frechal: identidade e trabalho de campo em uma comunidade brasileira de remanescentes de escravos**. Brasília: Senado Federal / Conselho Editorial, 2010. 268p.

MENDES DE ANDRADE, J. M. **Ipy'a pe ukwa katu te'e – ele sabe por si mesmo:** Uma etnografia do saber-fazer cotidiano e ritual na formação da pessoa ka'apor. 2009. 172 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2009.

NEVES, J. L. Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. **Caderno de Pesquisas em Administração**, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 1-5, 1996.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do poder.** 1. ed. São Paulo: Atica.1993. 269p.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções sobre território.** 3. ed. São Paulo: Outras expressões, 2013. 192p.

THOMPSON, P. **A voz do passado:** história oral. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. 386p.

WOOSWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. (Org.). **Identidade e diferença.** Petrópolis: Vozes, 2000. p. 7-72.

#### **REFERENCIAS ORAIS**

Entrevista concedida por Mariuza Ka'apor em maio de 2015.

Entrevista concedida por Osmar Ka'apor em maio de 2015.

Entrevista concedida por Filomena Ka'apor em maio de 2015.

Entrevista concedida por Petrônio Ka'apor em maio de 2015.

Entrevista concedida por Quintino Ka'apor em outubro de 2015.

Entrevista concedida por Teon Ka'apor em outubro de 2015.

Trabalho recebido em 07/07/2019

Trabalho aceito em 11/07/19